



ANALISTA DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Nível

SUPERIOR

Turno

MANHÃ**PROVA****03**

Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher o
Número da Prova!

**instituto
aocp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha o campo destinado à assinatura. As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação dos Cadernos de Questões e dos Gabaritos

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC** no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

O cuidado com a saúde mental na atualidade

Por FMUSP

O século XXI, junto a tantas novidades em diversos setores da sociedade, trouxe também um aumento significativo das doenças mentais – a depressão, por exemplo, é considerada o mal desse período. No Brasil, durante o primeiro ano da pandemia da covid-19, os casos de ansiedade e depressão aumentaram cerca de 25%. Dessa forma, a saúde mental se tornou tema corriqueiro na vida dos brasileiros. Se antes ela não estava entre as preocupações, hoje tem um protagonismo e é mais discutida abertamente. Em quatro anos, houve um aumento de 2,7 vezes na quantidade de pessoas que a consideram uma inquietude.

[...]

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a saúde mental não é só a ausência de doenças, mas, sim, o perfeito equilíbrio entre saúde física, mental, social e espiritual. Além de estar bem fisicamente, a pessoa precisa ter boas relações sociais e se entender como ser humano, por meio do autoconhecimento. Sendo assim, o fundamento da saúde mental se encontra em seus três pilares: o lado espiritual, físico e mental. Nesse sentido, há uma diferença entre ela e a saúde emocional, que está relacionada com o desequilíbrio momentâneo: “Você pode ser uma pessoa que não tem transtorno psiquiátrico, no entanto não está bem emocionalmente. Por exemplo, está em um processo de separação e está muito mexido e, com isso, não tem mecanismos internos para lidar no campo das emoções diante de um conflito. E aí adoece mentalmente naquele momento”, pontua o Coordenador da Pós-Graduação Multiprofissional em Saúde Mental e Psiquiatria do HCFMUSP, Dr. José Gilberto Prates, especialista em saúde mental e doutor em ciências da saúde.

[...]

Para que a saúde mental esteja sempre em dia, é preciso se conhecer e estabelecer alguns hábitos, como se alimentar bem, dormir o suficiente e ter relações sociais e afetivas de maneira saudável. Para os profissionais da saúde, que estiveram na linha de frente da covid-19 e tiveram de lidar com situações delicadas ao longo desse tempo, o cuidado é redobrado. Segundo o Dr. José Gilberto, a negligência com a saúde mental sempre existiu nessa classe, já que muitos trabalham em mais de dois ou três hospitais, o que prejudica os afazeres da vida pessoal, como praticar esportes, ler um livro e aproveitar a família. “Como cuidamos de outras pessoas, é necessário entender que precisamos cuidar da gente também. Tudo o que ajuda na qualidade de vida, ajuda na saúde mental”, afirma.

[...]

Hodiernamente, a sociedade passa por um período de vulnerabilidade no campo das emoções e no seu tempo de equilíbrio. Para que esse cenário comece a mudar, é importante que as pessoas comecem a adquirir hábitos saudáveis para uma melhor qualidade de vida. Com a quantidade de trabalho e uma vida mais frenética, não há autocuidado, nem atenção com o que está acontecendo ao redor, inclusive com a família. Resgatar a espiritualidade, até mesmo no campo religioso, faz com que a saúde mental fique protegida: “Quando eu vejo um jovem entrando em uma escola e praticando violência contra todo mundo... Eu acho que ele está muito freneticamente adoecido, e ninguém viu. Onde estamos falhando?”, pergunta Dr. José Gilberto.

É preciso se perguntar para onde a vida está caminhando e o que você está fazendo com ela. Algumas perguntas que o especialista sugere são: “Eu tenho conversado com meus amigos?”, “Eu dou atenção o suficiente?”, “Eu falo com minha família?”. O contato das relações é importante para que haja essa manutenção, de forma que você e o outro possam ser percebidos: “A professora de enfermagem Maria Júlia Paes da Silva tem um texto, que diz: ‘comunicação tem remédio’. Eu conversei com ela recentemente e falei: ‘professora, eu acho que comunicação é o remédio’”, finaliza.

[...]

Adaptado de: <https://hcxfmusp.org.br/portal/online/saude-mental/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

1

A respeito da função textual das seguintes expressões em destaque e considerando suas intencionalidades, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Nesse sentido, há uma diferença entre [...]”, o propósito comunicativo se concentra em expor ao(à) leitor(a) uma noção causal concatenada a uma consequência.
- (B) Em “O século XXI, junto a tantas novidades [...]”, o propósito comunicativo se materializa na apresentação e complementação de uma informação contextual e histórica.
- (C) Em “[...] é considerada o mal desse período.”, o propósito comunicativo se concentra em uma noção anafórica, por sinalizar a retomada a um referente já mencionado no discurso.
- (D) Em “Hodiernamente, a sociedade passa por um período [...]”, o propósito comunicativo se pauta em indicar uma ação contínua, não finalizada no momento de sua enunciação.
- (E) Em “[...] e, com isso, não tem mecanismos internos [...]”, o propósito comunicativo se respalda em uma noção catafórica, por exprimir uma exemplificação na sequência.

2

Quanto aos seguintes conectivos em destaque, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Para que a saúde mental esteja sempre em dia [...]”, identifica-se uma finalidade, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “uma vez que”.
- (B) Em “Quando eu vejo um jovem entrando [...]”, identifica-se uma concessão, admitindo-se a substituição do termo em destaque por “no momento em que”.
- (C) Em “Segundo a Organização Mundial de Saúde [...]”, identifica-se uma conformidade, admitindo-se a substituição do termo em destaque por “ante a”.
- (D) Em “Dessa forma, a saúde mental se tornou tema [...]”, identifica-se uma conclusão, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “dessarte”.
- (E) Em “Por exemplo, está em um processo de separação [...]”, identifica-se uma comprovação, admitindo-se a substituição da expressão em destaque por “porventura”.

3

Em relação à função dos termos destacados, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “[...] ao redor, inclusive com a família.”, o termo destacado desempenha função adverbial, por indicar uma ideia de adição.
- (B) Em “Onde estamos falhando? [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva, por explicitar uma ideia de localização.
- (C) Em “[...] trouxe também um aumento significativo [...]”, o termo destacado desempenha função conjuntiva, por evidenciar uma ideia de exemplificação.
- (D) Em “[...] até mesmo no campo religioso [...]”, o termo destacado desempenha função pronominal, por reforçar uma informação.
- (E) Em “Como cuidamos de outras pessoas [...]”, o termo destacado desempenha função prepositiva, por manter uma conexão à palavra seguinte.

4

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita INCORRETA quanto à concordância de frases adaptadas do texto.

- (A) A maioria dos casos de ansiedade cresceram cerca de 25%.
- (B) As pessoas têm de adquirir, atualmente, hábitos saudáveis.
- (C) Houve aumentos na quantidade de pessoas depressivas.
- (D) Eu tenho conversado com bastante amigos e familiares.
- (E) Os profissionais de saúde precisam cuidar deles mesmos.

5

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita correta quanto à regência verbal de frases adaptadas do texto.

- (A) Quando os jovens adentram por uma escola com o objetivo de praticar violência.
- (B) Carecemos de cuidar dos profissionais da saúde.
- (C) Há profissionais da saúde que trabalham por mais de dois ou três hospitais.
- (D) O resgate à espiritualidade permite com que a saúde mental se proteja.
- (E) A sociedade é atravessada de um período vulnerável.

6

Em “[...] ‘comunicação tem remédio’ [...]”, as aspas simples foram empregadas com a função de

- (A) isolar a expressão para facilitar o seu entendimento.
- (B) denotar uma explicação para a compreensão do leitor.
- (C) enfatizar uma expressão proveniente de outro texto.
- (D) expressar o valor significativo da expressão na condição de síntese.
- (E) fazer sobressair uma expressão peculiar na língua portuguesa.

7

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Em “[...] que estiveram na linha de frente da covid-19 [...]”, o “que” constitui um reforço à palavra “estiveram” e assegura uma posição livre na oração.
- II. Em “A professora de enfermagem Maria Júlia Paes da Silva tem um texto, que diz [...]”, o “que” retoma o termo antecedente que exprime uma noção substantiva.
- III. Em “[...] de forma que você e o outro [...]”, o “que” coopera com a introdução de uma ideia subordinada adverbial final por indicar uma consequência em relação à frase anterior.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III.
(D) Apenas I e II.
(E) Apenas II e III.

8

Concernente à estrutura do texto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A menção a um doutor e à Organização Mundial da Saúde contribui, de maneira substancial, para fundamentar teoricamente a composição argumentativa do texto.
- () O texto, entendido como uma transmissão e construção de saberes por meio de uma exposição, recorre a dados teóricos sobre o conhecimento acerca do cuidado com a saúde mental.
- () O texto se constrói a partir de uma introdução, de um desenvolvimento e de uma conclusão, é uma composição argumentativa, por defender a ideia de que a atualidade cooperou com o aumento de doenças mentais.

- (A) F – F – V.
(B) F – V – V.
(C) V – V – F.
(D) V – F – V.
(E) F – V – F.

9

Em relação ao texto, é correto afirmar que

- (A) a saúde mental representa a ausência de enfermidades, pois passa a funcionar como uma assimetria entre a saúde física e a espiritual.
- (B) há uma distinção entre a saúde mental e a emocional, esta última ligada a um desequilíbrio caracterizado como contínuo.
- (C) a sociedade enfrenta um período intenso de fragilidade no âmbito das emoções e das razões, além do seu tempo de equilíbrio.
- (D) devido a casos significativos de depressão, não há autocuidado nem atenção ao que acontece com pessoas em situação de vulnerabilidade.
- (E) a falta de atenção à saúde mental é uma constante entre os profissionais de saúde, fato que coopera com o abalo da vida pessoal.

10

Assinale a alternativa em que a frase “Eu acho que ele está muito freneticamente adoecido [...]” foi reescrita sem prejuízos a seu sentido original.

- (A) Penso que ele esteja deveras placidamente acamado.
- (B) Suponho que ele esteja deveras remansosamente fraco.
- (C) Acredito que ele esteja bastante embevecidamente apático.
- (D) Suponho que ele esteja bem compassadamente encamado.
- (E) Presumo que ele esteja deveras arrebatadamente enfermo.

Legislação

11

Com base no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- (B) Considera-se criança, para os efeitos da referida lei, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos.
- (C) A punição da criança e do adolescente com castigo físico, apesar de não constar expressamente na referida lei, é por ela repudiada.
- (D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 6 (seis) meses, salvo comprovada necessidade.
- (E) Para as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, é facultativo o encaminhamento à Justiça da Infância e da Juventude.

12

No âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta sobre os conceitos de Administração Pública.

- (A) A Administração Pública, em sentido objetivo, é um conjunto de órgãos, de pessoas jurídicas e de agentes aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
- (B) A Administração Pública, em sentido subjetivo, tem por finalidade a satisfação direta e imediata dos fins do Estado. Trata-se daquilo que a Administração efetivamente faz, como a construção de uma rodovia.
- (C) Compõem a Administração Pública, em sentido subjetivo, todos os órgãos integrantes das pessoas jurídicas políticas (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), aos quais a lei confere o exercício de funções administrativas.
- (D) A Administração Pública, em sentido subjetivo, é a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos.
- (E) Não há uma diferenciação entre os conceitos de Administração Pública em sentido objetivo e subjetivo.

13

Considerando os atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A imperatividade deve estar presente em todos os atos administrativos e diz respeito aos fatos, presumindo-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração.
- (B) A motivação legal é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.
- (C) Para ser válido, o ato administrativo deve reunir todos os atributos concomitantemente, visto que são requisitos para sua existência.
- (D) Consiste a autoexecutoriedade em atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (E) A autoexecutoriedade existe em todos os atos administrativos, sendo que, por meio dele, a Administração toma decisões executórias, criando obrigação para o particular.

14

Um servidor estável foi flagrado pelo seu superior hierárquico cometendo uma falta grave em suas atividades, a qual está sujeita à aplicação de pena de perda do cargo público. Nesse caso, assinale a alternativa INCORRETA sobre o processo administrativo disciplinar.

- (A) É obrigatório o processo administrativo disciplinar para a aplicação das penas que impliquem perda de cargo para o funcionário estável.
- (B) A instrução rege-se pelos princípios da oficialidade e do contraditório, este último essencial à ampla defesa.
- (C) Ainda que haja elementos suficientes, é necessário realizar sindicância antes do processo administrativo disciplinar.
- (D) Se, além da infração administrativa, o fato constituir ilícito penal, deve a comissão processante comunicar às autoridades policiais, fornecendo os elementos de instrução de que dispuser.
- (E) A citação do indiciado deve ser feita antes de iniciada a instrução, devendo ser acompanhada de cópia da portaria para permitir-lhe pleno conhecimento da denúncia.

15

No âmbito da organização administrativa, os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração são essenciais. Com base nesses conceitos, assinale a alternativa correta.

- (A) A centralização caracteriza-se pela execução direta de atividades pelo ente federativo, sem transferir sua realização a outras entidades ou órgãos.
- (B) A descentralização ocorre quando a Administração Pública transfere a execução de determinada atividade para órgãos subordinados, mantendo o vínculo hierárquico.
- (C) A desconcentração consiste na distribuição de competências entre entidades distintas, cada uma com personalidade jurídica própria, rompendo o vínculo hierárquico.
- (D) A descentralização política ocorre quando a União delega a execução de serviços públicos para suas autarquias, mantendo o controle hierárquico sobre elas.
- (E) A concentração refere-se à criação de novos órgãos dentro de uma mesma entidade administrativa para melhorar a divisão de competências e a eficiência na gestão.

16

O Município Alfa tem interesse em reformular seu sistema de transporte coletivo e, após diversos estudos técnicos, delegou a prestação de serviços a uma empresa privada a fim de realizar a manutenção do sistema por meio de licitação. Para tanto, foi formalizado um contrato com previsão das tarifas cobradas dos usuários e uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa que melhor classifica a forma de delegação aplicada.

- (A) Trata-se de uma permissão de serviço público, que é formalizada por contrato administrativo e garante ao permissionário a exclusividade na prestação do serviço.
- (B) Trata-se de uma autorização de serviço público, um ato administrativo precário que transfere a execução ao particular, podendo ser revogada unilateralmente pelo poder público.
- (C) Trata-se de uma concessão administrativa em que a remuneração do particular ocorre exclusivamente pelos usuários do serviço público.
- (D) Trata-se de uma parceria público-privada na modalidade de concessão administrativa, pois o serviço foi transferido ao particular.
- (E) Trata-se de uma concessão patrocinada, em que o particular é remunerado tanto pelas tarifas cobradas diretamente dos usuários, quanto por aporte financeiro do poder público.

17

Em relação aos poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder hierárquico, também conhecido como poder normativo, é aquele que visa apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- (B) O poder regulamentar pode ser definido como o poder, que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução.
- (C) O poder disciplinar se refere à capacidade da administração de revogar ou alterar atos administrativos.
- (D) O poder de polícia não permite à Administração Pública impor limitações ao exercício de direitos individuais em nome do interesse público.
- (E) O poder hierárquico da Administração Pública se refere à autoridade dos superiores sobre os subordinados, mas sem a capacidade de aplicar penalidades disciplinares.

18

Em relação ao poder da Administração Pública, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

O _____ ocorre quando o agente ultrapassa os limites de competência, e constitui, juntamente com o _____, que é vício quanto à finalidade, as espécies de _____.

- (A) abuso de poder / excesso de poder / desvio de poder
- (B) desvio de poder / abuso de poder / extrapolação de poder
- (C) abuso de poder / desvio de poder / excesso de poder
- (D) excesso de poder / desvio de poder / abuso de poder
- (E) desvio de poder / abuso de poder / excesso de poder

19

Carlos é dono de uma propriedade produtiva e foi surpreendido com a inclusão de sua propriedade em um decreto de desapropriação por interesse social, destinado à reforma agrária. Diante disso, Carlos questionou a legalidade do ato, argumentando que o artigo 185, inciso II, da Constituição Federal de 1988, assegura que propriedades produtivas não podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. O referido dispositivo legal citado por Carlos é uma

- (A) norma de eficácia plena, pois impede de forma imediata e integral a desapropriação de propriedades produtivas, independentemente de regulamentação infraconstitucional.
- (B) norma de eficácia contida, ou seja, que possui aplicação imediata, mas pode ser restringida por lei que regulamente os limites da propriedade produtiva.
- (C) norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação para que os critérios de “propriedade” e “produtividade” sejam definidos.
- (D) norma programática que estabelece apenas uma diretriz geral para orientar a política de reforma agrária do Estado, sem aplicação direta.
- (E) norma de eficácia plena, mas sua aplicabilidade pode ser condicionada pela regulamentação do conceito de produtividade em legislação infraconstitucional.

20

Acerca do que dispõe a Constituição Federal de 1988, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () É facultado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
 - () São bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
 - () Compete privativamente à União legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
 - () Incluem-se entre os bens dos Estados as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
 - () Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- (A) V – V – F – F – V.
 - (B) F – V – V – V – F.
 - (C) F – V – F – V – V.
 - (D) V – F – V – F – V.
 - (E) V – F – F – V – F.

21

Maria trabalha na mesma empresa com carteira assinada há cinco anos e está desconfiada de que não estão sendo cumpridas as obrigações da empresa em relação aos direitos sociais assegurados constitucionalmente. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- (A) irredutibilidade do salário, vedada disposição diversa em convenção ou acordo coletivo.
- (B) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (C) remuneração do trabalho noturno igual ou superior à do diurno.
- (D) repouso semanal remunerado, preferencialmente no sábado ou domingo.
- (E) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.

22

Com base no conceito de Poder Constituinte, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Constituinte originário é aquele que visa modificar normas constitucionais já existentes, sem a necessidade de seguir as regras estabelecidas pela Constituição vigente.
- (B) O Poder Constituinte derivado é exercido exclusivamente pelo povo, podendo alterar qualquer parte da Constituição observando a limitação material.
- (C) O Poder Constituinte derivado é o poder exercido para criar uma nova Constituição, substituindo a Constituição anterior.
- (D) O Poder Constituinte é exercido pelo chefe do Legislativo, que tem o poder de criar ou modificar a Constituição.
- (E) O Poder Constituinte originário é responsável por elaborar a Constituição de um Estado e não está sujeito aos limites da Constituição anterior, podendo criar novas normas e princípios sem as restrições da norma anterior.

23

De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre o Poder Judiciário.

- (A) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Federais têm jurisdição em todo o território nacional.
- (B) Os juízes gozam da garantia constitucional da vitaliciedade que, no primeiro grau, só será adquirida após 3 (três) anos de exercício.
- (C) Compete privativamente aos juízes a alteração da organização e da divisão judiciárias.
- (D) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta Ministros.

24

Com base no que prevê a Constituição Federal de 1988 sobre o Ministério Público, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

O Ministério Público _____ tem por chefe o _____, nomeado _____ dentre integrantes da carreira, maiores de _____ anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

- (A) Federal / Procurador-Geral de Justiça / pelo Presidente da República / trinta e cinco
- (B) da União / Procurador-Geral da República / pelo Presidente da República / trinta e cinco
- (C) Federal / Promotor de Justiça / pelo Presidente do Senado Federal / trinta
- (D) da União / Promotor de Justiça / pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal / trinta e cinco
- (E) do Trabalho / Procurador-Geral do Trabalho / pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho / trinta e cinco

25

Marcia é defensora pública e recentemente foi chamada para atuar em um caso de um cidadão que busca a garantia de um direito fundamental violado pelo poder público, mas o órgão público competente se recusa a fornecer o serviço, alegando falta de recursos. Diante disso, o cidadão questiona Marcia sobre o papel da Defensoria Pública. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta em relação à atuação da Defensoria Pública.

- (A) A atuação da Defensoria Pública é restrita à defesa de cidadãos acusados criminalmente, não sendo responsável por defender os direitos sociais ou coletivos.
- (B) A atuação da Defensoria Pública é restrita aos casos em que o Estado é parte, não podendo atuar quando o processo envolve particulares.
- (C) A Defensoria Pública deve prestar assistência jurídica gratuita a qualquer cidadão necessitado e em todos os graus, judicial e também extrajudicial.
- (D) A Defensoria Pública não pode atuar em processos contra a Administração Pública, em decorrência do conflito de interesses.
- (E) Para a atuação da Defensoria Pública, é necessário que o juiz nomeie um defensor público no processo judicial.

26

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de

- (A) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.
- (B) educação básica obrigatória e gratuita dos 3 (três) aos 18 (dezoito) anos de idade.
- (C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
- (D) imediata universalização do ensino médio gratuito.
- (E) vedação do ensino noturno regular.

27

A empresa Beta está respondendo por um ato de improbidade administrativa, cometido pela pessoa jurídica, que causou prejuízo ao erário. Nessa situação, considerando o que dispõe a Lei Federal nº 8.429/1992, responda se os sócios da empresa também responderão pelo ato cometido pela empresa.

- (A) Não responderão em nenhuma hipótese, já que os patrimônios da pessoa física e jurídica não se confundem, tendo personalidades próprias.
- (B) Dependerá se os sócios têm poder de administração da pessoa jurídica. Em caso positivo, deverão responder solidariamente.
- (C) A responsabilidade será subsidiária. Ou seja, não existindo patrimônio suficiente da empresa, o patrimônio dos sócios será utilizado para a reposição dos cofres públicos.
- (D) Não responderão, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- (E) Sim, todos os sócios e cotistas deverão responder nos limites de sua cota parte.

28

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, se um servidor público da administração direta for eleito para um cargo de Vereador,

- (A) não havendo compatibilidade de horários, deverá ser investido no mandato e será afastado do cargo, emprego ou função.
- (B) havendo ou não compatibilidade de horários, deverá ser afastado do cargo, emprego ou função.
- (C) será investido no mandato e permanecerá no cargo, emprego ou função, recebendo a remuneração do cargo para o qual foi eleito.
- (D) não havendo compatibilidade de horários, permanecerá no seu cargo, emprego ou função.
- (E) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

29

A respeito dos órgãos da PARANAPREVIDÊNCIA, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei Estadual nº 12.398/1998.

- (A) O Conselho de Administração é o órgão de fiscalização e controle interno.
- (B) O Conselho Fiscal é o órgão executivo.
- (C) O Conselho Diretor é o órgão de gerenciamento, normatização e deliberação superior.
- (D) Os Presidentes de Conselho e Conselheiros serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos.
- (E) Os Diretores do Órgão Executivo serão designados pelo Governador do Estado para exercício por um período de 6 (seis) anos.

30

Uma determinada empresa precisa coletar dados pessoais de seus clientes para prestar seus serviços. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Federal nº 13.709/2018, dispõe que é necessário o consentimento do titular para o tratamento dos seus dados pessoais. Com base na referida lei, esse consentimento

- (A) pode ser revogado, desde que não prejudique a prestação de serviços já iniciada, e prescinde de manifestação escrita do titular.
- (B) deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.
- (C) deverá ser obtido por escrito, cabendo ao operador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto na lei.
- (D) se estende para os casos em que o controlador necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores, dispensando consentimento específico para esse fim.
- (E) é dispensado quando a empresa exerce atividades essenciais de saúde.

Conhecimentos Específicos

31

O Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) têm uma série de atribuições no contexto da regulação e fiscalização do mercado financeiro e de valores mobiliários. São atribuições desses dois órgãos, EXCETO

- (A) proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra as emissões irregulares de valores mobiliários.
- (B) evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado.
- (C) estimular a formação de poupanças e a sua aplicação em valores mobiliários.
- (D) proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra o uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários.
- (E) assegurar a observância, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

32

Um analista de finanças e investimentos está avaliando a viabilidade de um projeto que exige um investimento inicial de R\$ 1.000.000. Os fluxos de caixa projetados para os próximos quatro anos são de R\$ 300.000, R\$ 400.000, R\$ 500.000 e R\$ 600.000 respectivamente. Considerando uma taxa de desconto anual de 10%, o analista deve calcular o Valor Presente Líquido (VPL) para determinar a viabilidade financeira do investimento. Após a realização dos cálculos, ele conclui que

- (A) o VPL do projeto é negativo, indicando que o investimento inicial não é plenamente recuperado quando se aplica a taxa de desconto considerada.
- (B) o projeto apresenta um VPL positivo, evidenciando uma viabilidade financeira, já que os retornos projetados excedem o custo inicial ajustado pela taxa de desconto.
- (C) a análise do VPL, isoladamente, não basta para determinar a viabilidade do projeto, sendo essencial complementá-la com indicadores como os índices de liquidez e rentabilidade.
- (D) o VPL do projeto depende exclusivamente da taxa de desconto, independentemente dos fluxos de caixa projetados.
- (E) o VPL do projeto é zero, indicando que os fluxos de caixa futuros descontados igualam o investimento inicial.

33

No que diz respeito aos principais instrumentos da política monetária, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A redução da taxa de redesconto pelo Banco Central do Brasil (BACEN) caracteriza uma política monetária contracionista.
- () O aumento dos depósitos compulsórios é classificado como uma medida de política monetária restritiva.
- () A aquisição, pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de títulos públicos no mercado aberto resulta na ampliação da base monetária.

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – V.

34

Em relação à estrutura dos fundos de investimento, com divisão em classes e subclasses, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O fundo que não contar com diferentes classes de cotas deve efetuar emissões de cotas em classe única, preservada a possibilidade de serem constituídas subclasses.
- II. Caso o fundo conte com diferentes classes de cotas, cada classe deve possuir denominação própria, acrescida de referência à sua categoria.
- III. As subclasses de cotas podem ser diferenciadas exclusivamente por taxas de administração, gestão, máxima de distribuição, ingresso e saída.

- (A) I, II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II e III.
(E) Apenas II.

35

Nos Regimes Próprios de Previdência Social, caso a avaliação atuarial identifique déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento. Essas medidas podem incluir um Plano de Amortização com contribuições suplementares, sob a forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos. No caso do estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar para a cobertura do déficit atuarial, o ente federativo deverá registrar uma

- (A) despesa orçamentária, enquanto o Regime Próprio de Previdência Social registra uma receita orçamentária.
(B) despesa extraorçamentária, enquanto o Regime Próprio de Previdência Social registra uma receita extraorçamentária.
(C) despesa intraorçamentária, enquanto o Regime Próprio de Previdência Social registra uma receita intraorçamentária.
(D) passivo contingente atuarial, enquanto o Regime Próprio de Previdência Social registra um direito de crédito previdenciário a receber.
(E) variação patrimonial aumentativa, enquanto o Regime Próprio de Previdência Social registra uma variação patrimonial diminutiva.

36

Conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320/1964, que regulamenta as normas gerais de direito financeiro, analise a seguinte situação hipotética:

“Uma Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) realiza a aquisição de títulos públicos como forma de investimento em renda fixa”.

De acordo com as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, a dotação orçamentária destinada à aquisição desse ativo financeiro deverá ser classificada como

- (A) Investimento.
(B) Inversão Financeira.
(C) Despesa de Capital.
(D) Despesa de Custeio Previdenciário.
(E) Ativo Imobilizado de Bens Imóveis.

37

Um ente da Federação aprovou, em sua Lei Orçamentária Anual (LOA), um orçamento equilibrado de R\$ 50.000.000.000 para o exercício financeiro de 2023. No encerramento do exercício, em 31 de dezembro de 2023, foram apurados os seguintes valores relativos às despesas:

Despesas Empenhadas: R\$ 48.000.000.000;
Despesas Liquidadas: R\$ 45.000.000.000;
Despesas Pagas: R\$ 43.000.000.000;

Com base nas informações apresentadas, o montante inscrito em restos a pagar não processados foi de

- (A) R\$ 2.000.000.000.
(B) R\$ 3.000.000.000.
(C) R\$ 4.000.000.000.
(D) R\$ 5.000.000.000.
(E) R\$ 6.000.000.000.

38

No contexto do Balanço Orçamentário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as receitas provenientes de operações com valores mobiliários devem ser classificadas de acordo com sua natureza e origem, conforme disposto na legislação e nos manuais pertinentes. Assinale a alternativa que apresenta a classificação correta para a origem dessas receitas.

- (A) Receita com Aplicações Financeiras.
- (B) Receita de Variação Patrimonial Aumentativa.
- (C) Receita de Resgate de Títulos do Tesouro.
- (D) Receita de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro.
- (E) Receita Patrimonial.

39

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 10ª Edição, quando as receitas previstas excedem as despesas fixadas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), resultando em um superávit orçamentário, esse superávit será classificado como

- (A) Reserva de Investimento do Fundo Previdenciário.
- (B) Reserva Orçamentária do RPPS.
- (C) Reserva Técnica Atuarial do RPPS.
- (D) Ativo Garantidor do Fundo Previdenciário.
- (E) Ganho Atuarial do RPPS.

40

Nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), diante de evidências objetivas ou fatos relevantes que indiquem a possível irrecuperabilidade de um investimento, qual é o procedimento correto a ser adotado para a mensuração e evidência dos valores desses ativos nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público dos RPPS?

- (A) Ignorar a necessidade de avaliação ou ajustes, uma vez que os investimentos já estão mensurados a valor de mercado.
- (B) Reavaliar e ajustar os valores dos investimentos no encerramento do exercício financeiro.
- (C) Registrar uma variação patrimonial diminutiva, mantendo inalterado o valor contábil dos investimentos no Balanço Patrimonial.
- (D) Realizar a redução ao valor recuperável dos investimentos, reconhecendo a perda nos benefícios econômicos futuros associados ao ativo.
- (E) Desconsiderar a relevância do valor contábil dos investimentos frente às variações a valor de mercado.

41

De acordo com a legislação aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), é dever dos entes federativos encaminhar à Secretaria de Previdência (SPREV) informações sobre a gestão dos recursos dos RPPS, incluindo o Demonstrativo da Política de Investimentos (DPIN) e o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR). Considerando as periodicidades e os prazos estabelecidos para o envio do DPIN e do DAIR, assinale a alternativa correta.

- (A) O DAIR deve ser enviado com periodicidade bimestral, devendo ser encaminhado até o último dia do mês de março.
- (B) O DPIN, relativo ao exercício seguinte, deve ser encaminhado até 31 de dezembro de cada exercício.
- (C) O DAIR deve ser enviado com periodicidade semestral, devendo ser encaminhado até 31 de julho.
- (D) O DPIN, referente ao exercício seguinte, deve ser encaminhado até 31 de janeiro de cada exercício.
- (E) O DAIR deve ser enviado com periodicidade trimestral, devendo ser encaminhado até o último dia do mês de abril.

42

Com base nos dados apresentados no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), avalie as informações fornecidas e determine o resultado previdenciário referente ao Fundo em Capitalização do referido RPPS.

Detalhamento das receitas e despesas	Valores (R\$)
Receita de contribuições dos segurados.	841.646.658,06
Receita de contribuições patronais.	1.210.655.590,66
Receita patrimonial.	472.723.363,43
Outras receitas correntes.	408.606.631,67
Receita de aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS.	137.824.473,94
Despesas com benefícios de aposentadorias e pensões por morte.	2.054.581.212,62
Outras despesas previdenciárias.	42.494.321,21

O resultado previdenciário foi de

- (A) R\$ 974.381.183,93.
- (B) R\$ 836.556.709,99.
- (C) R\$ 744.660.910,30.
- (D) R\$ 698.732.236,05.
- (E) R\$ 780.250.660,70.

43

No contexto dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), a segregação de massa refere-se à separação de segurados e beneficiários em dois grupos distintos com base na definição de uma metodologia de corte específica. Essa segregação resulta na constituição de dois fundos: o fundo em repartição e o fundo em capitalização. Em relação à segregação de massa dos RPPS, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A segregação de massa é uma das estratégias possíveis para o equacionamento do déficit atuarial dos RPPS.
- (B) Considera-se implementada a segregação de massa a partir da sua formalização por meio de Lei do ente da Federação.
- (C) O fundo em capitalização deve ser composto por um grupo fechado e em extinção, sendo vedado o ingresso de novos segurados.
- (D) O fundo em repartição é estruturado para que não apresente impacto no resultado atuarial.
- (E) O fundo em capitalização é classificado como um fundo especial, instituído conforme os dispositivos da Lei nº 4.320/1964.

44

Nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o custo final de um Plano de Benefício Definido (BD) é influenciado por múltiplas variáveis, como salários finais, rotatividade de servidores, mortalidade e contribuições dos participantes. Dada essa multiplicidade de fatores, o valor final é incerto, e essa incerteza tende a perdurar ao longo do tempo. Para mensurar o valor presente das obrigações e calcular o custo do serviço corrente e do serviço passado (se houver), o RPPS deve

- (A) ignorar a necessidade de adotar premissas atuariais devido à incerteza das variáveis.
- (B) atribuir benefícios aos períodos corrente e anteriores para calcular o valor presente das obrigações de benefício definido.
- (C) adotar premissas financeiras para o equacionamento atuarial do plano de benefício definido.
- (D) reconhecer os componentes de custo do plano de benefício definido, considerando que as variáveis são incertas.
- (E) aplicar um método de avaliação atuarial, atribuir benefícios aos períodos de serviço e adotar premissas atuariais.

45

Sobre o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As operações cursadas no Selic são liquidadas por seus valores brutos em tempo real.
- (B) O Selic efetua conciliação diária para que o total de títulos depositados e as posições mantidas em todas as contas de custódia reflitam fielmente as operações cursadas no sistema.
- (C) Na liquidação pelos resultados compensados, o Selic apura as posições líquidas vendedoras e aparta essas quantidades das respectivas contas.
- (D) Um participante pode ser excluído do Selic em casos como falência, liquidação extrajudicial, liquidação ordinária ou insolvência civil.
- (E) O módulo complementar de negociação eletrônica de títulos (negociação) constitui parte integrante do Selic.

46

O Value-at-Risk (VaR) é uma métrica de risco utilizada para estimar a perda máxima esperada de um investimento em um período de tempo específico, considerando condições normais de mercado e um nível de confiança preestabelecido. Nesse contexto, considere um projeto de investimento cujo valor presente líquido projetado seja de R\$ 50.000.000, para o qual eventos imprevisíveis que afetam seus fluxos de caixa resultam em uma probabilidade de 5% de que, ao término de um ano, seu valor presente líquido seja reduzido para R\$ 48.000.000 ou menos. Com base nessas informações, determine o valor do VaR associado a esse projeto de investimento, considerando um período de um ano e um nível de confiança de 95%.

- (A) R\$ 2.000.000.
- (B) R\$ 5.000.000.
- (C) R\$ 45.000.000.
- (D) R\$ 48.000.000.
- (E) R\$ 50.000.000.

47

Pedro, empresário, contratou um empréstimo no valor de R\$ 240.000 junto a uma instituição financeira, utilizando o Sistema de Amortização Constante (SAC). O empréstimo possui um prazo de pagamento de 5 anos, com uma taxa nominal de juros de 12% ao ano, e os pagamentos são mensais. Considerando essas informações, qual será o valor da sétima prestação que Pedro deverá pagar?

- (A) R\$ 6.320.
- (B) R\$ 6.160.
- (C) R\$ 6.280.
- (D) R\$ 6.240.
- (E) R\$ 6.360.

48

Considere uma operação de crédito no valor de R\$ 100.000, liquidada após 4 meses pelo montante total de R\$ 110.000, e assinale a alternativa que apresenta corretamente a taxa mensal de juros simples incidente sobre essa operação.

- (A) 6,5% ao mês.
- (B) 5,5% ao mês.
- (C) 4,5% ao mês.
- (D) 3,5% ao mês.
- (E) 2,5% ao mês.

49

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963/2021 – que estabelece diretrizes para a alocação de recursos pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), é correto afirmar que o limite máximo de alocação por um único RPPS em Fundos de Investimento e Carteiras Administradas

- (A) não pode exceder 5% do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico.
- (B) não pode exceder 10% do volume total de recursos administrados por um único gestor ou grupo econômico vinculado, excluindo reserva de contingência do RPPS.
- (C) não pode exceder 5% das receitas previdenciárias anuais apuradas no exercício anterior, excluindo reserva de contingência do RPPS.
- (D) não pode exceder 10% dos recursos financeiros disponíveis do RPPS, incluindo reserva de contingência.
- (E) não pode exceder 5% do total dos recursos financeiros disponíveis do RPPS no exercício corrente, incluindo reserva de contingência.

50

As propriedades destinadas a investimento no setor público são imóveis mantidos para gerar receitas de aluguel, para valorização do capital ou para ambas as finalidades. Essas propriedades possuem a característica de gerar fluxos de caixa de forma independente dos demais ativos controlados pela entidade pública. Tal característica as diferencia de outros imóveis utilizados diretamente para fins administrativos ou operacionais, ou para facilitar a entrega de bens ou serviços. Com base no conceito de propriedades para investimento, assinale a alternativa que apresenta um exemplo correto desse tipo de ativo.

- (A) Propriedade mantida pelo Regime Próprio de Previdência Social.
- (B) Propriedade mantida para fornecer serviço social, ainda que gere entradas de caixa.
- (C) Propriedade em construção ou desenvolvimento por conta de terceiros.
- (D) Propriedade em desenvolvimento para uso futuro.
- (E) Propriedade mantida para propósitos estratégicos.

51

Uma Unidade Gestora de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) apresentou, no exercício financeiro de 2023, as seguintes informações e valores extraídos de seu Balanço Orçamentário:

Receita Prevista: R\$ 400.000.000;
Receita Arrecadada: R\$ 380.000.000;
Despesa Fixada: R\$ 400.000.000;
Despesa Empenhada: R\$ 360.000.000;
Despesa Liquidada: R\$ 340.000.000;
Despesa Paga: R\$ 320.000.000.

Considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que nesse caso houve

- (A) excesso de arrecadação de R\$ 20.000.000.
- (B) superávit orçamentário de R\$ 40.000.000.
- (C) déficit orçamentário de R\$ 20.000.000.
- (D) economia orçamentária de R\$ 20.000.000.
- (E) insuficiência de arrecadação de R\$ 20.000.000.

52

A aplicação de recursos pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em fundos de investimentos ou em carteiras administradas, quando os regulamentos ou contratos contiverem cláusulas que tratem da taxa de performance, está sujeita a condições específicas para o pagamento dessa taxa. São condições que devem ser atendidas cumulativamente:

- I. rentabilidade do investimento superior à valorização de, no mínimo, 100% do índice de referência;
- II. montante final do investimento superior ao capital inicial da aplicação ou ao valor do investimento na data do último pagamento;
- III. periodicidade, no mínimo, trimestral;
- IV. conformidade com as demais regras aplicáveis a investidores que não sejam considerados qualificados nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Estão corretas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) apenas I, II e III.
- (C) apenas I, II e IV.
- (D) apenas II e III.
- (E) apenas III e IV.

53

Ativo financeiro com problemas de recuperação de crédito é aquele que apresenta dificuldades para a recuperação dos créditos devidos quando eventos específicos resultam em impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo. Tais problemas são evidenciados por indicadores observáveis relacionados a determinados eventos. São eventos indicativos de que o ativo financeiro apresenta dificuldades de recuperação de crédito, EXCETO

- (A) dificuldade financeira significativa do emissor ou mutuário.
- (B) probabilidade significativa de que o mutuário não venha a declarar falência ou se submeter a outra forma de reorganização financeira.
- (C) aquisição do ativo financeiro com um considerável desconto, refletindo as perdas de crédito incorridas.
- (D) desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.
- (E) quebra de contrato, como inadimplência ou pagamentos vencidos.

54

De acordo com a NBC TSP 31 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Se o mercado de instrumento financeiro não estiver ativo, a entidade deve estabelecer o valor justo usando uma técnica de avaliação.
 - () A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é, normalmente, o preço da transação.
 - () Os custos de transação são custos incrementais indiretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de ativo financeiro ou passivo financeiro.
- (A) V – V – F.
 - (B) V – F – F.
 - (C) F – V – F.
 - (D) F – V – V.
 - (E) F – F – V.

55

De acordo com a NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados, o valor líquido do passivo (ou ativo) de benefício definido corresponde ao déficit ou superávit, ajustado para refletir qualquer efeito da limitação do valor líquido do ativo de benefício definido ao teto de ativo para reconhecimento. Nesse sentido, o déficit ou superávit do plano de benefício definido é

- (A) o valor presente da obrigação de benefício definido menos o valor justo dos ativos do plano (se houver).
- (B) a diferença entre o valor dos ativos e passivos do plano de benefício definida e ajustada pela inflação anual acumulada.
- (C) o custo total dos benefícios pagos aos servidores públicos subtraído das receitas arrecadadas pelo regime previdenciário do plano de benefícios.
- (D) a diferença entre o valor justo das obrigações de benefícios definidos e o valor presente dos ativos do plano, ajustada por eventuais ganhos ou perdas atuariais.
- (E) a soma total das receitas recebidas pelo plano de benefícios subtraída do total dos pagamentos dos benefícios concedidos.

56

Os recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) acumulados ao longo do tempo para pagamento de benefícios previdenciários formarão um superávit financeiro que será utilizado quando

- (A) se verificar a ocorrência de déficit financeiro no exercício corrente, que poderá ser utilizado para o pagamento de restos a pagar do ente federativo responsável pelo RPPS.
- (B) houver necessidade de aplicação de recursos financeiros na construção de nova sede administrativa do ente federativo responsável pelo RPPS.
- (C) o superávit financeiro acumulado se fizer necessário para suprir eventuais déficits financeiros do ente federativo responsável pelo RPPS.
- (D) ocorrer déficit financeiro no exercício corrente, que poderá ser utilizado para o pagamento de precatórios trabalhistas.
- (E) as receitas orçamentárias do exercício não forem suficientes para cobrir todos os benefícios previdenciários devidos no ano.

57

De acordo com a NBC TSP 29 – Benefícios Sociais, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. As entidades provedoras de benefícios sociais devem elaborar relatórios contábeis de propósito geral que forneçam informações sobre a sustentabilidade de longo prazo das finanças da entidade.
 - II. A entidade deve reconhecer a despesa de plano de benefício social no mesmo momento em que reconhece o passivo.
 - III. O passivo de plano de benefício social deve ser aumentado à medida que os pagamentos do benefício social são realizados.
- (A) I, II e III.
(B) Apenas I e II.
(C) Apenas I e III.
(D) Apenas II e III.
(E) Apenas II.

58

Os entes federativos são obrigados a enviar mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), incluindo a informação complementar “Poder e Órgão (PO)” dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Considerando o código do PO para os RPPS estaduais, é correto afirmar que o código correspondente nesse caso é

- (A) 10102.
(B) 10112.
(C) 10122.
(D) 10132.
(E) 10142.

59

A Política de Investimento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) é o principal instrumento orientador e direcionador das atividades relacionadas à operacionalização das aplicações e investimentos nos RPPS. Ao delimitar as formas de gestão das aplicações de recursos dos RPPS, a legislação admite:

- (A) Gestão Compartilhada, Gestão Integrada ou Gestão por Entidade Credenciada.
(B) Gestão Consorciada, Gestão Terceirizada ou Gestão Própria.
(C) Gestão Própria, Gestão por Entidade Autorizada e Credenciada ou Gestão de Forma Mista.
(D) Gestão Direta, Gestão Indireta ou Gestão Mista.
(E) Gestão Direta, Gestão por Entidade Autorizada ou Gestão por Intermédio de Fundos de Investimento.

60

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, que dispõe sobre as diretrizes relativas à política de investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A política de investimentos deve estabelecer, em relação aos parâmetros de rentabilidade perseguidos, a meta de rentabilidade futura dos investimentos, a qual servirá como referência para avaliar a aderência da taxa de juros utilizada na avaliação atuarial do RPPS.
(B) A política de investimentos deve contemplar o modelo de gestão a ser adotado, especificando, no caso de carteira administrada, os critérios para a contratação das instituições responsáveis.
(C) A política de investimentos poderá ser alterada no curso de sua execução com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação, desde que aprovada pelo conselho deliberativo.
(D) No início de cada exercício, a unidade gestora do RPPS deve apresentar aos conselhos executivo, deliberativo e fiscal o relatório de execução da política de investimentos referente ao ano anterior e ao planejamento dos dois exercícios subsequentes.
(E) A unidade gestora deverá comprovar a elaboração e a aprovação da política anual de investimentos do RPPS.

